

Dispõe sobre a modernização do sistema de iluminação pública do Município de Fortaleza, estabelecendo diretrizes para a substituição de lâmpadas convencionais por tecnologia LED, a otimização da gestão e a melhoria da qualidade dos serviços.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

O Vereador abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem, mui respeitosamente, submeter ao Plenário desta Augusta Casa Legislativa a Indicação em epígrafe.

Certo da atenção e da ciência dos nobres pares, solicita-se que, após sua aprovação em Plenário, a presente Indicação seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Fortaleza/CE, para que, após a devida apreciação, possa retornar a esta Casa Legislativa na forma de mensagem.

VEREADOR WELLINGTON SABÓIA LÍDER DO PODEMOS na C.M.F



	4	04	0	1	20	25
INDICAÇÃO Nº	F	UL	J	-	~ (120

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre a modernização do sistema de iluminação pública do Município de Fortaleza, estabelecendo diretrizes para a substituição de lâmpadas convencionais por tecnologia LED, a otimização da gestão e a melhoria da qualidade dos serviços.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de modernização do sistema de iluminação pública do Município de Fortaleza, visando a substituição progressiva das lâmpadas convencionais por luminárias de tecnologia LED, a otimização da gestão e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Art. 2º A modernização do sistema de iluminação pública de Fortaleza observará as seguintes diretrizes:

I - Eficiência Energética e Sustentabilidade:

- a) Priorização da substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio e outras tecnologias obsoletas por luminárias de LED, que comprovadamente apresentam menor consumo de energia e maior durabilidade.
- b) Adoção de medidas para reduzir o uso de eletricidade na iluminação pública, iluminando apenas as áreas estritamente necessárias, sem comprometer a segurança e o bem-estar da população.
- c) Utilização de equipamentos e materiais que contribuam para a sustentabilidade ambiental, evitando a emissão de gases poluentes como mercúrio e sódio, e produzindo menos calor.

II - Qualidade de Vida e Segurança:

- a) Melhoria da qualidade da iluminação pública, proporcionando maior luminosidade e uniformidade, contribuindo para o aumento da sensação de segurança da população.
- B)Aprimoramento dos pontos de luz existentes, otimizando sua distribuição e direcionamento para garantir a adequada iluminação de vias, espaços públicos e áreas de circulação de pedestres.
- c) Consideração das necessidades específicas de diferentes áreas da cidade, como corredores de tráfego intenso, áreas residenciais, parques e espaços de lazer.



III - Gestão Eficiente e Transparente:

- a) Aprimoramento da gestão da equipe de campo responsável pela manutenção e operação do sistema de iluminação pública, otimizando o tempo de resposta a demandas e a eficiência dos serviços.
- b)Implementação de sistemas de monitoramento remoto da iluminação pública, permitindo a identificação rápida de falhas e a programação eficiente de intervenções.
- c) Criação de canais de comunicação eficazes com a população, para o recebimento de sugestões, reclamações e informações sobre o sistema de iluminação pública.
- d) Aplicação de tecnologias mobile em campo para agilizar a comunicação entre as equipes, o registro de ocorrências e a execução dos serviços.
- e) Utilização de um sistema integrado de gestão da iluminação pública, que permita o acompanhamento do consumo de energia, a programação da manutenção, o controle de estoque de materiais e a geração de relatórios gerenciais.

IV - Valorização Urbana e Turística:

- a) Utilização da iluminação pública como elemento de valorização urbana, contribuindo para a estética da cidade e a criação de ambientes mais agradáveis.
- b) Exploração do potencial da iluminação pública para destacar pontos turísticos e monumentos, contribuindo para o desenvolvimento do turismo local.
- Art. 3º A Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos (SCSP) é o órgão responsável por planejar, executar e supervisionar o projeto de modernização do sistema de iluminação pública do Município de Fortaleza, em consonância com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.
- Art. 4º O Poder Executivo Municipal, no prazo de 180 dias, elaborará e apresentará um Plano Municipal de Modernização da Iluminação Pública, contendo:
- I Cronograma detalhado para a substituição das lâmpadas convencionais por luminárias de LED em todo o município.
- II Metas de redução do consumo de energia e de melhoria da qualidade da iluminação pública.
- III Estratégias para a otimização da gestão do sistema, incluindo a implementação de tecnologias de monitoramento e gestão.
- IV Mecanismos de participação e comunicação com a população sobre o processo de modernização.
- V Estimativa dos custos e fontes de financiamento para a execução do plano.



Art. 5º O Poder Executivo Municipal buscará, junto a órgãos estaduais, federais e instituições financeiras, linhas de crédito e recursos para viabilizar a modernização do sistema de iluminação pública, considerando os benefícios econômicos, sociais e ambientais da iniciativa.

Art. 6º Fica facultada ao Poder Executivo Municipal a realização de parcerias público-privadas (PPPs) para a modernização, operação e manutenção do sistema de iluminação pública, desde que comprovada a vantajosidade para o município e observada a legislação pertinente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO	LEGISLATIVO DA	CÂMARA	MUNICIPAL	DE 1	FORTALEZA,EM
DE	DE 202	25.			

VEREADOR WELLINGTON SABÓIA LÍDER DO PODEMOS na C.M.F



JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa impulsionar a modernização do sistema de iluminação pública do Município de Fortaleza, reconhecendo a importância fundamental desse serviço para a qualidade de vida, a segurança e o desenvolvimento sustentável da cidade.

A substituição das obsoletas lâmpadas convencionais pela eficiente tecnologia LED representa um avanço significativo em diversos aspectos. A redução do consumo de energia não apenas gera economia para os cofres públicos, mas também contribui para a preservação do meio ambiente, alinhando Fortaleza com as melhores práticas de sustentabilidade. A maior durabilidade das luminárias LED implica em menores custos de manutenção e maior confiabilidade do sistema.

Além dos benefícios ambientais e econômicos, a modernização da iluminação pública promove uma melhoria substancial na qualidade de vida da população. Uma iluminação mais eficiente e bem distribuída aumenta a sensação de segurança, incentiva a circulação de pessoas em espaços públicos durante a noite e contribui para a valorização estética da cidade, inclusive com potencial para impulsionar o turismo local através da iluminação de pontos de interesse.

A modernização proposta também abrange a gestão do sistema, com a implementação de tecnologias que permitem um monitoramento mais eficaz, uma resposta mais rápida a falhas e uma comunicação mais transparente com a população. A otimização da gestão garante a eficiência dos investimentos e a continuidade da prestação de um serviço essencial com qualidade.

A designação da Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos (SCSP) como o órgão responsável pelo planejamento e execução deste projeto garante a centralização da responsabilidade e a coordenação eficiente das ações necessárias para a modernização do sistema.

Diante dos inúmeros benefícios que a modernização da iluminação pública pode trazer para Fortaleza, torna-se imperativa a aprovação desta lei, que estabelece as diretrizes para a implementação desse importante projeto, visando uma cidade mais eficiente, segura, sustentável e agradável para todos os seus cidadãos.

VEREADOR WELLINGTON SABÓIA LÍDER DO PODEMOS na C.M.F